

## O interesse do jornalismo pelo debate sobre biografias<sup>1</sup>

Babiana Mugnol<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### Resumo

Este texto propõe uma reavaliação de teorias da sociologia do jornalismo como ferramenta para compreender a cobertura da imprensa sobre o debate das biografias não-autorizadas. Partindo do pressuposto que o primeiro passo para a imersão no assunto é entender a relevância que o torna objeto de estudo, este texto recorre a conceitos que permitem delimitar que ações sociais conduzem o jornalismo a se voltar para a discussão sobre a liberdade de imprensa em relação à publicação de obras culturais.

**Palavras-chave:** biografia; tipos ideais; ações sociais; liberdade de imprensa; jornalismo cultural.

### 1. Introdução aos conceitos de jornalismo como ação social, ciência cultural e construção da realidade

O objetivo deste artigo é compreender melhor a atualidade do conceito de tipos ideais de Max Weber (2004) para debater como ele vem sendo aplicado no debate sobre a imprensa livre, a democracia e o jornalismo cultural. A presente obra busca entender o interesse de jornalistas, como ação social que leva ao debate sobre a publicação de biografias não-autorizadas em veículos de comunicação. A cobertura jornalística sobre a discussão envolvendo publicações deste gênero é tema de um projeto de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O primeiro passo para tanto é apresentar o conceito sobre o instrumento de análise inaugurado por Max Weber e posteriormente trabalhado por autores, como Otto Groth (2011). Desta forma, a discussão se estende também para o jornalismo enquanto ciência cultural. Este universo de significação e de valores proposto pelos autores está inserido em um contexto de sociedade democrática e de meios hegemônicos, onde a realidade é apreendida por meio de estereótipos, que promovem um recorte de mundo para apreensão

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

de informações. Por isso, a pesquisa se debruça também na visão de Walter Lippmann (2008) sobre as fragmentações que buscam reconstituir uma realidade.

São temas que exigem um olhar crítico, principalmente quando já partem de um pressuposto das limitações inerentes a qualquer tipo de reconstituição. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, porque é elaborada a partir de materiais já publicados, como livros dos autores acima mencionados, e de pesquisadores dos temas, além de conteúdos disponibilizados pela internet sobre o debate das biografias. A escolha deste método, em vez de outros tipos de pesquisa, é relacionada à etapa introdutória deste projeto que exige um referencial teórico para mais tarde embasar outros tipos de análises mais aprofundadas.

## **2. Regularidades no comportamento social**

A sociologia busca entender a ação social, seu sentido, como se desenvolve e seus efeitos. Explicar pressupõe, no entanto, não só captar uma informação, mas também interpretar a conexão de sentido em que um ato está inserido. Um dos maiores pensadores filosóficos a estudar o que leva o sujeito à ação foi o alemão Max Weber. Conforme Christa Berger e Beatriz Marocco (2006), para o sociólogo, a ação humana sempre se relaciona às ações de outros sujeitos. Para atuar, o sujeito leva em conta a ação que outros realizam, mas também supõe um sentido, uma direção e um significado para tanto.

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Tania Quitandero e Márcia Gardênia de Oliveira (1999) afirmam que Weber define ação social como uma conduta humana, que pode ser um ato, uma omissão ou permissão. Mas as autoras também destacam que ele sugere que a ação vem sempre dotada de um significado subjetivo dado por quem o executa, mas também tendo em vista a ação de uma pluralidade. Desta forma, a ação social é vista também como uma ação racional para o alcance de valores, fundamento que permeia toda a obra de Weber.

Faz-se necessário diferenciar a ação social do fato social proposto pelo pensador que o precedeu, Émile Durkheim (1975), que considerava toda maneira de agir suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, independentemente das manifestações individuais. A vida está no todo e não nas partes. Os fatos sociais seriam apenas formados pelas representações coletivas. Já Weber reconhece condutas com relação a fins, valores,

hábitos e costumes arraigados ou mesmo com relações afetivas, mas reduz o estudo para as finalidades que podem ser identificadas. Ele parte do princípio geral que só as consciências individuais são capazes de dar sentido à ação social e que da infinidade real das ações individuais é que devem extrair-se as regularidades do comportamento humano.

Precursor na defesa da sociologia como ciência, Weber inaugurou o método dos tipos puros como instrumento de apoio aos pesquisadores para encontrar o fator em comum que norteia a tomada de decisões. Apesar de possibilitar a racionalidade acerca de um tema, também vem carregado de limitações, como a unilateralidade e o caráter utópico na apreensão de um fragmento da realidade infinita. O método consiste em eleger características do objeto que são relacionadas de modo racional, mas que sempre acentuam os traços considerados mais relevantes para a explicação. O cientista precisa ter consciência que o tipo ideal não pretende ser um reflexo ou uma repetição da realidade, muito menos um modelo do que deveria ser o real, ele pretende ser uma amostra de um universo a ser compreendido. O tipo ideal foi utilizado, por exemplo, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004) como instrumento para conduzir Weber em uma realidade complexa, levando-o aos traços característicos essenciais do movimento. Buscamos com isso encontrar características do debate sobre as biografias que atraem o jornalismo enquanto parte de uma construção social. A intenção é refletir sobre a apresentação de um tema fundamental para a própria essência da comunicação: a liberdade de narrar. No caso específico do gênero, de contar uma história de vida.

### **3. O método dos tipos ideais**

Uma das principais contribuições do sociólogo Max Weber é propor a objetividade como método para racionalizar o caos, tentando compreender as pressuposições que embasam as escolhas, os objetos de interesses e os enquadramentos sobre os temas mais variados. Para entender a ação social, ele propôs o método dos tipos ideais, que é indutivo e parte do particular para o universal. O tipo ideal é, portanto, uma redução, um instrumento de análise sociológica utilizado como forma para compreender a realidade, sem de fato corresponder a ela.

Desta forma, podemos utilizar este tipo de análise para buscar o sentido, por exemplo, de condutas praticadas por jornalistas que discorrem sobre publicação de biografias ou até mesmo aqueles que deixam de lado o assunto. Isso só é possível porque a

compreensão Weberiana das ações sociais se aproxima do jornalismo a partir da construção de sentido para os problemas a serem investigados, na seleção dos dados considerados pertinentes, nas técnicas de investigação e na busca de solução para conflitos.

Apesar das ações se diferenciarem com relação aos fins racionais, emocionais, dogmáticos ou tradicionais, é importante ressaltar que alguns fatores são comuns no jornalismo e na sociologia: as decisões baseadas em valores.

O interesse de Weber acompanha o crescimento do jornalismo como atividade capitalista regida pela ação racional com relação a fins. Mas, apesar de estarem vinculados a um negócio, os jornalistas escrevem motivados e ancorados por valores e ideologias políticas (KUSCHICK, 2006, p. 31)

Encontramos aqui também uma finalidade da sociologia que, por sua vez, explica o interesse em debater biografias, que não está isolado na história de vida de uma pessoa, mas em todo um contexto social. Se observa que ao abordar a polêmica deste gênero de publicações, a imprensa busca personalidades que considera representativas, cujos valores destas pessoas e a importância de tais opiniões para a época são destacadas.

Ao longo da última década, a cobertura da Folha de S. Paulo, principal jornal de circulação nacional, sobre o direito de publicar biografias, se baseou em reportagens sobre figuras públicas, principalmente cânones da Música Popular Brasileira, condenando a publicação de biografias não-autorizadas. Foram contrários à publicação sem autorização prévia nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Milton Nascimento e o próprio Roberto Carlos, que deu o pontapé inicial ao movimento de censura apelidado de *Procure Saber*. Muitos deles, inclusive, sofreram na pele a repressão durante a ditadura.

A Folha também publicou entrevistas com autores consagrados de biografias, como Ruy Castro, Lira Neto, Fernando Morais e Paulo César Araújo, questionando o movimento encabeçado pela produtora Paula Lavigne, ex-mulher de Caetano Veloso. A Folha serviu de palco para um caloroso confronto de ideias com reportagens que enfatizaram a opinião dos entrevistados.

#### **4. A importância do contexto social**

O sociólogo americano Charles Wright Mills (in BAUMAN, 2015) relacionou os problemas pessoais às questões públicas e associou a imaginação sociológica ao trabalho de pessoas como romancistas e jornalistas, capacitando homens e mulheres a entender e narrar o que está ocorrendo com eles. Porém, a quantidade de informações de que o mundo dispõe é maior do que a capacidade de se lidar com ela. O autor diz que o mundo se atrofiou em histórias. Assim, seria tarefa da imaginação sociológica mostrar como a vida pessoal e a biografia individual estão intimamente conectados a eventos históricos e processos estruturais e, portanto, seria tarefa da imaginação sociológica ajudar as pessoas a compreender o significado de sua época em relação às próprias vidas. Os autores que destacam esta visão de Mills são Michael Hviid e Keith Tester (in BAUMAN, 2015), que concluem desta forma que a sociologia é útil quando oferece narrativas que ligam a época à experiência, mas também alertam que a sociologia é inútil quando fornece informações, e ativamente perigosa quando é vendida aos poderosos.

A reflexão neste ponto se faz necessária em relação a como o jornalismo fornece informações, seja em biografias, partindo do pressuposto que ela é um gênero derivado do livro-reportagem e que utiliza muitos métodos semelhantes de apuração, seja na cobertura jornalística sobre a publicação de histórias de vida, muitas vezes de poderosos. São questões complexas que pretendem explicar um dos interesses do jornalismo pelo tema.

#### **5. O papel do jornalismo no debate sobre as biografias**

Assim como a sociologia se consolidou apenas como disciplina acadêmica a partir de Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), o jornalismo como ciência é um fenômeno relativamente recente, do início do século XX. Além destes autores embasarem o pontapé inicial para a discussão do jornalismo como um objeto com características próprias, uma das principais contribuições dos filósofos francês e alemão são a apresentação de uma forma de estudo que vem sendo aperfeiçoada até hoje, porque mostra que valores e instituições passam a ser entendidos como frutos da interação humana.

Contudo, grande parcela da produção é voltada à discussão do método de pesquisa adequado à sociologia. Weber se mostra mais ponderado, principalmente na discussão sobre a influência dos meios de produção, por vir de em um contexto de menor industrialização

em comparação com França e Inglaterra, o que explica o “anticapitalismo romântico” ser considerado uma marca na obra de Weber e a maior parte da obra ser voltada para temas que eram a prioridade da época.

Chama atenção neste contexto histórico que a Associação Alemã de Sociologia considerou adequada a sociologia da imprensa para um estudo científico. Foi assim que começou o debate sobre o que se torna público, quais as opiniões e quem são os formadores delas. Além disso, se buscou entender concepções de mundo ocultadas, relações de poder e de consumo, baseadas em assinantes, anunciantes, clientes ou capital fixo, entre outras ações. Este tipo de sociologia é também uma busca pelo papel do jornalismo na formação da opinião pública, por onde ele obtém o material que oferece ao público e as consequências e as influências que a imprensa exerce. Weber aponta os jornais como material para iniciar tal trabalho no contexto da época e parte de análises quantitativas para qualitativas, chegando até mesmo ao estudo do estilo do jornal e os modos como os problemas são discutidos

Questionamentos que são transportados para diversos objetos atuais de estudo – e pode-se incluir aí o debate sobre as biografias. O discurso produzido por personagens de interesse público e a forma como ele é transmitido pelas publicações são discussões que embasam decisões de editoras antes mesmo de uma lei consolidada. É preciso ter em vista que hoje, apenas uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2015 serve de referência para a liberação das biografias, impedindo que biografados ou familiares vetem o conteúdo antes de ele ser publicado.

À medida que avançavam no século XX, a teoria da linguagem e as ciências da comunicação, Weber já formulava uma hipótese sobre o desenvolvimento futuro da imprensa: colocar-se como censor da sociedade e da política ao informar os temas, assuntos e problemas que não eram levados aos tribunais de Justiça. Uma suposição que se confirma até mesmo no caso das biografias.

O executivo da editora Record, Carlos Andreazza, admite que a empresa assumiu o lançamento de obras não-autorizadas antes de este ser considerado legal, pela percepção de tratar-se de um desejo cristalizado da sociedade, de repúdio à censura prévia, que ficou em evidência com as notícias publicadas sobre o movimento contrário *Procure Saber*,

capitaneado por Roberto Carlos e Paula Lavigne. A editora é responsável pela publicação de livros mais recentes, como as biografias não-autorizadas de Eike Batista e José Dirceu.

*“Ficou claro que havia uma janela a ser preenchida e aí começamos a investir mais nas biografias não-autorizadas, porque a gente sentiu que poderia correr esse risco, que ninguém nos processaria por causa da repercussão na sociedade”.*  
(ANDREAZZA, 2015, acesso em 16 de julho de 2016)

Para se ter uma ideia da repercussão, uma amostra das publicações sobre biografias não-autorizadas somente do caderno Ilustrada do maior veículo impresso de circulação nacional, a Folha de São Paulo, disponibilizado na internet de janeiro de 2011, ano em que começou a discussão sobre a proibição da biografia *Roberto Carlos em Detalhes* de Paulo César de Araújo no STF, até julho de 2016, traz 357 reportagens publicadas. A maioria abordava o tema em reportagens com opiniões de artistas e biógrafos.

## **6. O entendimento sobre como o jornalismo lida com o objeto**

Afirmar que a mídia jornalística define o contexto no qual os cidadãos discutem os assuntos públicos, conforme o mercado dá a entender, é temerário, por isso muitos pesquisadores tratam deste desafio em sua linha de pesquisa. Uma delas é a socióloga americana Gaye Tuchman (in TRAQUINA, 1993) que admite que ao final de seu estudo não conseguiu provar tamanha influência, embora acredite nisso.

De qualquer forma, as ciências da cultura procuram explicar as obras humanas, como leis, instituições, organização familiar, arte, religiões e outros sistemas de conhecimento. Com o passar do tempo, esse papel deixou de ser apenas da sociologia, precursora em construir conceitos para buscar regras gerais de análise. Justamente por isso, se torna uma ciência generalizadora, o que também a distancia da realidade. Neste contexto é importante destacar ainda o jornalismo como uma forma de conhecimento, segundo conceito desenvolvido pelo sociólogo americano Robert Park (in MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa, 2008). A imprensa é, sim, uma forma de produzir compreensão, mas que se diferencia de outros conceitos, como o histórico e o sociológico, por ter características próprias.

Se cada ciência tem uma forma particular de lidar com o objeto, vale destacar como Otto Groth (2011) entende o jornalismo. Para ele, trata-se de obra cultural na medida em

que sofre mutação, tem vontade própria e pode ser compartilhada. O primeiro trabalho do aluno de Max Webber é *Die Zeitung* (O Jornal), justamente tratando sobre uma ciência própria dos jornais. Mas Groth deixa claro que, para tanto, não basta apenas um objeto próprio, é necessário uma nova forma de contemplação e um sistema de leis próprias

No Brasil, Adelmo Genro Filho (1987) é um dos primeiros a alertar para a necessidade epistemológica, ao criticar o distanciamento entre a atividade jornalística e a teoria. Na busca por recuperar a essência do jornalismo, que para ele estaria em ser uma forma de produção social de conhecimento, Adelmo se aproxima do trabalho de Otto Groth e, por sua vez, do método Weberiano.

Em sua obra *O Poder Cultural do Desconhecido*, Groth mostra que é a investigação do que ele chama de essencial que pode ser considerada a ciência da cultura. É o sentido que mais interessa. Cabe ressaltar que cultura é entendida por Groth como o conjunto das criações mentais humanas que cresce e muda continuamente. Por isso ele prefere chamar a ciência dos jornais como ciência de obras culturais. Trata-se de um conceito muito mais amplo capaz de incluir questões muito diferentes a partir das mesmas manifestações, com relação aos acontecimentos históricos, de acordo com a parcela na produção literária da época. Por isso, por meio de Groth é possível uma análise de outros produtos culturais, caso até mesmo das biografias, que requer uma abordagem interdisciplinar, interligada principalmente com a história. Por sua vez, a história também é considerada pelo autor uma ciência cultural e, assim sendo, possui limitações de um processo dialético entre o real e a ideia.

Há muitas ocorrências que a história não pode e nem quer registrar, ela não presta atenção a elas, elas lhe são irrelevantes. A sua completude é, portanto, relativa, ela só fornece sempre um segmento da realidade. Até mesmo a biografia mais exaustiva não pode nem de longe esgotar todos os detalhes descritiva e justificadamente. (GROTH, 2011, p. 42)

Neste processo de difícil assimilação de um todo, o que o sociólogo alemão entende como objeto próprio de uma ciência autônoma não é necessariamente do que ela trata, mas do próprio modo de contemplação e geralmente é a profissão que aponta esta direção. Para isso, Groth ressalta que a sociologia precisa da ciência dos jornais, capaz de reconhecer a construção, a posição e o efeito da imprensa periódica na sociedade moderna. A sociologia por muito tempo ocupou essa função, pois não havia quem a fizesse.



Uma das contribuições práticas já apresentadas neste sentido foi apontar que o conceito de tipo ideal é limitado por seu criador Max Weber, principalmente para conhecimento de manifestações históricas. Cita como exemplo as tendências características dos jornais de notícias do século XIX ou da imprensa combativa nazista. Groth propõe em vez de um tipo ideal, o que ele chamou de tipo real obtido na abstração generalizante, justamente porque critica o tipo que surge da abstração enfatizante-realçante ou na abstração isolante de Weber. A obra de Groth ficou por muito tempo nas prateleiras, primeiro por não ter sido um docente na academia alemã e depois por conta do regime nazista. A própria redescoberta do autor é uma prova da importância do conteúdo, da essência que ele tanto defendeu. Por fim, torna-se necessário acrescentar que o pensador acredita que o essencial para o jornalismo não é apenas mediar e sim o que aborda e o como fará este tipo de mediação. Transferindo tal reflexão para o que leva jornalistas a abordar a polêmica das biografias, cabe justamente se ater em que contexto tais profissionais estão inseridos para que optem por determinado enquadramento sobre o assunto.

## **7 - A liberdade de imprensa e o interesse público**

Todo e qualquer debate sobre um assunto polêmico só é possível em uma sociedade democrática onde há liberdade de imprensa. Mas a ciência do direito de imprensa e a dos jornais se ocupam com dois lados completamente diferentes do mesmo fenômeno cultural, o que provoca conflitos, como o das publicações de biografias.

Conforme Groth, ao mesmo tempo que há uma relação entre liberdade de imprensa e citação do nome dos autores, há também entre a falta de liberdade de imprensa com a citação deles em casos em que o autor se coloca em risco. Porém o anonimato também é motivo para privação da liberdade de imprensa, ao romper com um contrato do jornalismo que procura mostrar o caminho percorrido por uma reportagem.

A própria legislação reconhece a permissão e a fundamentação do anonimato no caso de interesse público ao reconhecer em uma série de países o direito dos redatores de não revelar as fontes. Mas, em geral, o autor defende que as razões para a citação do nome do autor são muito mais fortes do que para o anonimato.

Razões estas que precisam ser inseridas em um contexto democrático. Para tratar de imprensa livre e democracia é válido recorrer ao jornalista e filósofo americano Walter

Lippmann (2008), porque o autor tem uma mirada cética sobre o tema. Para o cientista, opinião pública deve ser supostamente a primeira mobilizadora das democracias, porém em toda sua obra homônima ele mostra opinião pública como uma construção que atende interesses políticos e econômicos. Como reduto desta opinião pública, a imprensa, muitas vezes, em vez de construir emancipação política, mantém uma ficção controlada.

## **8 – Estereótipos como forma de apreensão da realidade**

Lippmann vai na origem dos interesses da imprensa a partir do aprofundamento da ideia de estereótipos. Entra no terreno arenoso da psicologia para tentar entender a opinião a partir de pedaços juntados de relatos e do que se pode deduzir. Os fatos que o agente acredita estar vendo dependem de onde está posicionado e, muitas vezes, de um olhar viciado. Estereótipos que vêm da arte, códigos morais e filosofias sociais, além de agitações políticas. Lippmann cita como exemplo na arte a retratação do poeta Virgílio. Segundo Dante Alighieri, ele seria um acadêmico medieval de vestes singelas. Mas nos quadros ele aparece como um romano clássico em majestosa carruagem. Diante da impossibilidade de apreender uma infinidade de informações, se observa um traço que marca um tipo muito conhecido e o resto se preenche com estereótipos que já apresentam o mundo antes de nós o vermos. É como um mecanismo de defesa de posição na sociedade, uma seleção do que a cultura já definiu por nós.

Embora o estudioso demonstre que o estereótipo tem o papel fundamental de reduzir para a compreensão, o que é possível relacionar com o próprio tipo ideal de Weber, um dos principais pontos fracos apontado por Lippmann reside justamente nas versões idealizadas tanto para o bem quanto para o mal. No impasse de biografias não-autorizadas, a principal queixa dos contrários à publicação de tal forma é a discordância com relação à descrição apresentada, embora uma biografia exija um amplo aprofundamento de uma história de vida. O que todos os pesquisadores deixam claro é a impossibilidade de condensar tamanha complexidade. Lippmann chega a afirmar que o contexto e as dimensões estão cerceados e congelados no estereótipo.

Ao mesmo tempo, o filósofo aponta uma saída ao delinear o conceito de pseudo-entorno como algo que pode ser desmascarado. Ele cita o caso da coletiva do general Joseph Joffre, que comandou o exército francês na Primeira Guerra Mundial. O militar apresentou apenas alguns fatos para não alarmar a população que a França estava perdendo

terreno. Mesmo forjando números e mortes, em um propósito justificado como patriótico pelo general, ele acabou tendo o pseudo-entorno desvendado pelo comunicado dos inimigos e o relato de outras fontes, como os próprios soldados. Quanto mais fontes e mais liberdade de narração, melhor é o resultado das biografias.

Se a cobertura da imprensa parte do interesse público, é possível entender porque um debate sobre liberdade de expressão, que permeia as biografias, acaba ganhando as páginas de jornais. Mais do que ser um assunto público, ganha notório interesse porque as pessoas estão sempre imersas nos assuntos privados, conforme Lippmann. Ao falar do entorno social, remete também às pessoas que se identificam com a vida dos biografados. De qualquer forma, o autor aponta fatos que impedem a clareza da opinião e um deles é, justamente, a censura.

## **9 – Atenção à forma**

A capacidade de colocar-se no lugar de outro é pressuposto indispensável do compreender, segundo Groth. E trazer à tona estes debates, com opiniões contraditórias sobre publicar ou não biografias sem autorização do protagonista ou familiares, é uma tarefa que cabe ao jornalismo. A crítica, contudo, é que a maioria dos autores se debruça mais na forma como ele é tratado do que no conteúdo, mesmo aqueles, como Groth, que se preocupam com a essência.

O jornal é um vaso que por natureza pode absorver qualquer conteúdo. Por isso, os estudos de jornais têm mais a ver com a forma deste vaso e com a configuração que ele dá respectivamente ao conteúdo do que com o próprio conteúdo em suas inúmeras relações, que são tratadas por outras ciências. Resumindo, o conteúdo do jornal só nos interessa quando se torna conteúdo de jornal. (GROTH, 2011, p. 73)

Se o jornal tem interesse e também influencia o debate das biografias, cabe destacar que ele também é afetado. Conforme o autor, o material folhetinesco do jornal e da revista como um todo não pode ser separado das correntes literárias em geral. Ele também é levado por estas, influenciado no estilo e no conteúdo por personalidades literárias de sucesso.

O autor inclusive chegou a considerar como jornalismo textos que nem sequer são publicados em jornais ou revistas, mas somente em livros. Pensa-se num tipo de criação literária que corresponde ao comum no jornalismo e ao que se exige deste. Muitos biógrafos são jornalistas, porque muitas técnicas de apuração da profissão são empregadas na

elaboração deste tipo de literatura, mas Groth separa os jornalistas como escritores e coordenadores da escrita do dia enquanto considera os elementos jornalísticos da produção literária, em geral, muito poucos e muito fracos para que ainda possa falar-se de jornalismo. Por fim, o estudioso alemão se diferencia de muitos outros autores ao cobrar que a discussão sobre o jornalismo da época saísse de tipos ideais, que até então eram os jornais, e fossem para outros meios, como cinema e literatura.

## **10. Considerações finais**

O interesse de jornalistas por biografias está relacionado a uma ação social voltada para a identificação por meio do aprofundamento de histórias de vida. Para isso se empreende uma busca pelo tipo ideal, uma espécie de recorte para compreender em que sentido a sociologia e as ciências dos jornais como ciências culturais também abrangem o debate sobre biografias em um contexto amplo e histórico.

Usando dos conceitos de Lippmann, que problematizam o jornalismo pelos fragmentos de suas produções que o distanciam de obras mais acabadas, o filósofo aponta caminhos para a construção de um realidade mais abrangente, que são conclusões aplicáveis até hoje. É o caso da democracia construída sobre bases científicas, de mecanismos para evitar imposição de quem tem poder, caso da censura, a defesa do conhecimento especializado, a objetividade científica e a independência.

Todos estes pensadores buscaram um sentido para transformações que ocorriam na sociedade da época, mas não tinham a distanciamento necessário que temos hoje na análise destes fenômenos. O mesmo ocorre com biografias. Grandes autores, como Ruy Castro, só discorrem sobre a vida de pessoas que já morreram, alegando a necessidade do distanciamento para compreender o que de fato ocorria no momento social em que o protagonista estava inserido. Se o jornalismo determina de fato a direção do pensar de amplas camadas sociais, como afirma Groth, no caso da polêmica das biografias, cabe ressaltar que ainda é cedo para tirar qualquer conclusão. Mas o que se buscou provar no presente trabalho é que o assunto está relacionado aos interesses das ciências culturais e, por sua vez, ao jornalismo, cuja finalidade é promover um debate sobre as ações que despertam interesse da sociedade. O presente artigo é um primeiro passo para um projeto mais abrangente que pretende elencar tipos de discursos e abordagens possíveis sobre a publicação de biografias não-autorizadas.

## REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, Carlos. Editora “peitou” lançamento de biografias não-autorizadas antes da decisão do STF. Entrevista disponível no site <http://wp.clicrbs.com.br/artepop/2015/06/11/editora-peitou-lancamento-de-biografias-nao-autorizadas-antes-de-decisao-do-stf/?topo=52,1,1,1,1,e171>. Acesso em 15 de julho de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Para que serve a Sociologia: Diálogos com Michael Hviid e Keith Tester. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

DURKHEIM, Émile. A Ciência Social e a ação. Tradução Inês D. Ferreira. São Paulo. Difel, 1975.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GROTH, Otto. O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Vol 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito Capitalista. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.